

CONSENSO E REPRESENTAÇÃO NA DEMOCRACIA: Uma análise individual e sistêmica do apoio aos partidos políticos em perspectiva comparada

GABRIELA DE OLIVEIRA CARNEIRO

INTRODUÇÃO

A democracia representativa é a forma hegemônica de regime nos países de maior renda e escolaridade do mundo. Mesmo em regiões onde sempre foram relativamente raras e instáveis, como na América Latina, no Leste Europeu e na Ásia, o número de democracias que contam com algum tipo de competição partidária e que possibilitam a transmissão de poder entre governo e oposição com alguma periodicidade aumentou significativamente entre 1950 e 1990 (Przeworski et alí, 2000, p. 39).

No Brasil a democracia está prestes a completar 30 anos. Finalmente parece ser possível mudar o foco analítico em torno das transições dos regimes autoritários e da dinâmica política da consolidação das democracias pós-autoritárias, muito discutido na literatura comparada (O'Donnell, Schmitter e Whitehead, 1986; Linz E Stefan, 1999), rumo a uma agenda de pesquisa centrada na *qualidade* de uma democracia consolidada, afinal, três décadas de eleições competitivas livres e de liberdade de expressão nos fornece uma experiência intitucional mais sólida para refletirmos menos sobre as possibilidades de sobrevivência do regime e mais sobre sua capacidade efetiva de representar e de atender aos diferentes setores e demandas da sociedade.

Na atualidade, uma nova perspectiva de estudo do regime democrático tem analisado a qualidade da representação política no mundo com base no conceito teorico-operacional de *qualidade da democracia*, cujas

dimensões analíticas centrais correspondem às noções de *accountability* (vertical e horizontal) e *responsiveness* (Morlino 2010a, 2010b, Moisés, 2010). Vejamos, sinteticamente, como essas duas dimensões são definidas.

Basicamente, existem duas correntes centrais que disputam pela compreensão do termo “qualidade”. A primeira envolve dimensões procedimentais e de resultados políticos (Morlino 2010a, Morlino, 2010b, Morlino, 2012); a segunda se limita aos procedimentos (Levine e Molina, 2011). De acordo com Morlino (2010b) se fizermos uma analogia da democracia com um “produto” ou um “serviço” a ser entregue ao consumidor, fica fácil entender que a noção de qualidade deste produto baseia-se a) nos procedimentos estabelecidos (o processo exato e controlado associado a cada produto); b) no conteúdo relacionado às suas características estruturais (o *design* dos materiais e de seu funcionamento) e c) no resultado expressado pela satisfação dos clientes, independente de como este foi produzido.

Em termos políticos, a associação da qualidade da democracia a procedimentos, conteúdo e resultados compreende seis dimensões centrais que aqui serão apenas mencionadas¹. Os procedimentos abrangem três dimensões relativas: i. ao Estado de direito, ii. à *accountability* horizontal (interinstitucional) e iii. *accountability* vertical (eleitoral). O conteúdo substantivo da qualidade está conectado à *accountability* e à responsividade (*responsiveness*). Aqui somam-se o absoluto iv. respeito ao direito de liberdade e v. igualdade política, econômica e social, as quais residem, de modo efetivo, nos mecanismos formais de representação política. Já o resultado da representação política compreende a sexta dimensão e diz respeito à noção de vi. responsividade (*responsiveness*).

De modo geral, enquanto a noção de *accountability* horizontal e vertical corresponde a transparência e controle dos mecanismos institucionais, isto é, dos procedimentos democráticos, a responsividade corresponde a “representação política em ação” (Eualu e Karpis, 1977, cf. MORLINO, 2010, p 214), ou seja, o resultado da representação com relação aos bens e serviços demandados pelos cidadãos (Morlino, 2010b).

1 A explicação mais detalhada das seis dimensões citadas pode ser encontrada em Morlino (2010a, p. 34-41).

De acordo com Morlino (2010b), a responsividade é central na análise da qualidade da democracia, pois revela a conexão entre as instituições democráticas e a sociedade, mediante a capacidade dos atores políticos, governo e líderes políticos, de atuarem de acordo com os interesses dos indivíduos e grupos que são representados pelo governo, mediante a execução de políticas públicas.

Operacionalmente, o resultado da atuação política pode ser mensurado pela satisfação e legitimidade atribuídas às instituições democráticas, considerando a percepção de responsividade dos cidadãos. Daí a importância das pesquisas de *survey*, que possibilitam distinguir, não apenas “os cidadãos interessados na política, escolarizados e informados que têm internalizados os valores fundamentais da democracia” (Morlino, 2010, p. 38), mas sobretudo, o exame da responsividade por meio de análises do apoio às instituições democráticas.

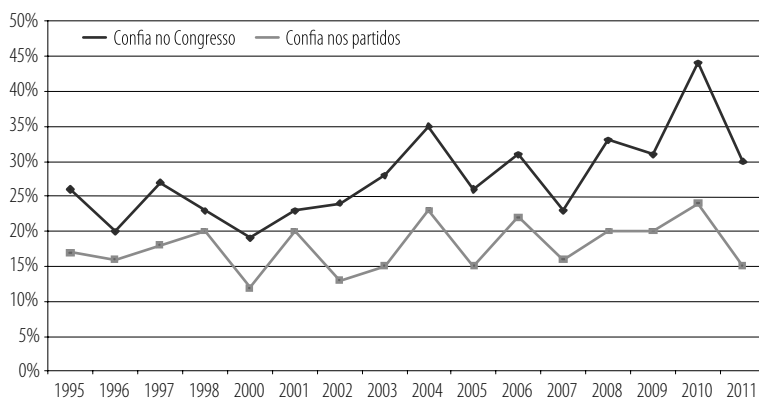
A responsividade pode ser mensurada por meio de indicadores conhecidos em estudos de cultura política já bastante discutidos em termos de *apoio difuso e específico* nas instituições de representação (Norris, 1999; Moisés, 2010). O apoio difuso corresponde a indicadores de consolidação democrática, na medida em que se refere à aceitação e ao apoio às regras e instituições democráticas, enquanto o apoio específico, lido aqui em termos de responsividade, diz respeito à presença de atitudes e comportamentos dos cidadãos que confirma a satisfação com a democracia, ou com os resultados produzidos pelo regime (Morlino, 2010a).

Este artigo analisa um dos componentes da responsividade como variável dependente – a confiança nas instituições representativas, mais precisamente, os partidos políticos, de modo a responder se é possível identificar o modelo de democracia mais “accountable” na produção de apoio aos partidos políticos, considerando os modelos de democracia majoritária e consensual definidos por A. Lijphart (1984). De acordo com Morlino (2010b), democracias com desenhos fortemente majoritários tendem a subverter a responsividade na medida em que possuem baixa competição entre as forças eleitorais e estão ausentes alternativas eleitorais mais abrangentes.

1. TENDÊNCIAS DA LEGITIMIDADE PARTIDARIA

Existe um certo consenso na literatura sobre cultura política no Brasil de que o apoio dos cidadãos às instituições representativas – partidos políticos e Congresso Nacional – encontra-se em um nível acentuadamente baixo quando comparado ao apoio manifestado pelo público de países de democracias consolidadas ou mesmo de outros países da América Latina. Uma visão rápida de alguns dados do Latinobarômetro de 1995 a 2011 (gráfico 1) revela que grande parte do público no Brasil confia ainda menos nos partidos políticos do que no Congresso Nacional ao longo dos anos.

Gráfico 1. Brasil: Confiança nos partidos políticos e no Congresso Nacional (1995-2011)

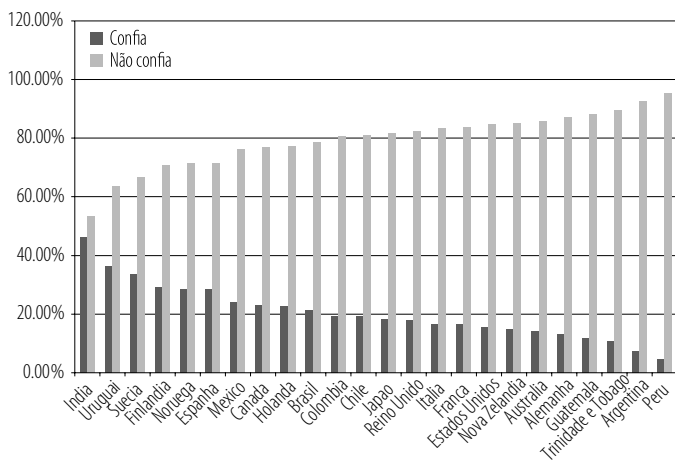


Esses dados simples geralmente são utilizados em comparações que indicam uma crise de representação dos cidadãos na esfera pública (Moisés, 2005; Moisés e Carneiro, 2008; Moisés, 2010). Na América Latina, muitos autores têm associado as ondas recentes de neopopulismo à debilidade dos partidos políticos na região (Weyland, 1999; Roberts, 2003; Mairing e Torcal, 2005) indicando a existência de uma crise de legitimidade do sistema partidário nestes países. Segundo estes autores, em sistemas onde os partidos políticos não conseguem cumprir sua função representativa, existe uma grande propensão do público em apoiar líderes *outsiders*, que entram na política com um discurso antipolítico, de denúncia das instituições “corruptas” do *establishment*, incluindo aí os partidos políticos tradicionais. So-ma-se a adoção dessa estratégia política, a qual pode ser caracterizada como

populista, a presença de demandas eleitorais que muitas vezes não são carreadas pelos partidários tradicionais e que podem até mesmo se converter em fatores de desestabilização institucional (Carneiro, 2009).

No entanto, é ainda mais importante destacar, que vários estudos têm diagnosticado quedas globais nos níveis de apoio dirigido aos partidos políticos, tanto nas democracias antigas quanto nas democracias mais recentes. São vários os indicadores do declínio deste apoio: queda nos níveis de identidade partidária em democracias estabelecidas (Dalton, 1999; Dalton, e Wattenberg, 2002) e também em democracias mais recentes (Dalton e Weldon, 2007); altos índices de volatilidade eleitoral na América Latina, (Roberts e Wibbels, 1999; Maiwaring e Zoco, 2007) queda global nos índices de confiança nas instituições representativas do mundo inteiro (Norris, 1999).

Gráfico 2. Confiança nos partidos políticos



O gráfico 2 compara dados de 24 países da 5ª onda do World Values Survey (WVS), aplicada entre os anos de 2005 e 2008, no qual se constata que a confiança nos partidos políticos esteve abaixo de 35% em 22 países, mesmo em países como Suécia (33,40%), Finlândia (29,10%), Noruega (28,60%) e Canadá (23,10%). No Brasil, a confiança nos partidos políticos é baixa (21,30%) e, ainda assim, maior do que a confiança observada no Japão (18,30%), Reino Unido (17,80%), Itália (16,50%), França (16,40%), Estados Unidos (15,40%), Nova Zelândia (14,80%), Austrália (14,30%) e

Alemanha (13%), indicando a abrangência do problema em democracias muito diferentes.

Na proposta analítica da qualidade da democracia isso pode ser lido como uma crise de responsividade institucional devido à incapacidade destes atores políticos de representarem as demandas dos eleitores (Morlino, 2010b).

Embora existam as evidências globais do enfraquecimento organizacional dos partidos com relação às décadas anteriores é correto afirmar que suas funções nos regimes democráticos permanecem inalteradas como agentes centrais da representação e da canalização das demandas políticas desde os estágios iniciais da democracia de massa no séc. XIX (Sartori, 1976). Nesse sentido, o conhecimento dos fatores que possam estar associados a confiança partidária contribui para iluminar um aspecto importante acerca da qualidade da democracia representativa no Brasil e no mundo. A maioria dos estudos de cultura política não incorpora a dimensão intencional na análise do apoio às instituições representativas. O artigo analisa em nível individual e sistêmico em que medida a confiança nos partidos políticos (dimensão da *responsividade*) é influenciada pelas instituições de representação política (dimensão da *accountability*).

O artigo de Norris (1999) apresenta uma das poucas análises empíricas consistentes nessa direção. A autora analisa se o desenho institucional de tipo consensual produz um efeito direto na construção da percepção dos eleitores com relação à 5 (cinco) instituições do estado, não apenas políticas (Congresso Nacional, Serviços Públicos, Sistema Judiciário, Polícia e Forças Armadas) testando a hipótese em torno da maximização no número de “vencedores” do sistema político e de seu impacto na confiança destas instituições. É nessa linha que este artigo avalia o impacto de características consensuais e majoritárias na confiança atribuída aos partidos políticos exclusivamente.

2. MODELOS EXPLICATIVOS DA LEGITIMIDADE PARTIDÁRIA

As explicações contemporâneas sobre os problemas que afetam os vínculos entre partidos políticos e eleitores podem ser divididos em duas grandes linhas de pesquisa com vários matizes internos em cada uma des-

sas tradições: a linha neoinstitucionalista e a linha de cultura política. É possível reconhecer ainda que essas linhas, por sua vez, apresentam abordagens sobre o problema dos vínculos em dois níveis analíticos: o nível individual e o nível sistêmico.

Com relação aos estudos “culturalistas” o enfoque sistêmico aponta, por exemplo, para questões como as mudanças nos valores das sociedades industriais avançadas, que passaram de uma ênfase *materialista*, na qual a sociedade confere prioridade para os aspectos econômicos e a segurança física, para a adoção de valores *pós-materialistas*, fundamentada na valorização da liberdade de expressão e na autonomia individual (Inglehart, 1990). Esta mudança teria sido suscitada pelo processo de modernização das SIAs (Sociedades Industriais Avançadas) portanto, é o desenvolvimento econômico que aparece no centro da explicação das mudanças no comportamento político da população e das diferenças nos valores políticos entre países.

Os efeitos da modernização no sistema político podem ser observados no aparecimento de novas linhas de clivagem política, o que significa, de modo geral, a emergência de novos temas (clivagens) na política nas SIAs, como meio ambiente, desarmamento unilateral, feminismo e oposição ao poder nuclear e, conseqüentemente, o surgimento de novos grupos políticos (fundamentalmente os partidos Ecologistas europeus) capazes de absorver a crescente onda de demanda por estes temas que antes eram pouco relevantes. Desde os anos 70, em função destas mudanças culturais profundas impulsionadas pela modernização, as políticas ocidentais teriam se tornado mais polarizadas segundo a oposição materialista/pós-materialistas, antes marcadas pela divisão de classes (Inglehart, 1987). Uma das conseqüências desta mudança no comportamento político seria, justamente, a diminuição da identidade política relacionada a partidos tradicionais, explicando a estagnação ou declínio dos partidos Marxistas de 1960 e meados de 70 e o crescimento, principalmente, dos partidos ecologistas. Essas mudanças sistêmicas, associadas à emergência do pós-materialismo, como vimos no exemplo citado, são apontadas como uma das principais causas do enfraquecimento dos vínculos dos eleitores com os partidos tradicionais (Dalton, 2002).

Este é um exemplo de como, na literatura de cultura política, processos que ocorrem no nível individual (o enfraquecimento dos vínculos com os

partidos tradicionais) pode ter uma causa sistêmica (a alteração das condições materiais das sociedades).

O mesmo processo pode ser analisado no nível individual. Ainda com base no exemplo da teoria pós-materialista, a erosão dos vínculos entre eleitores e partidos tem sido também estudada levando-se em conta uma cadeia de causalidade que tem variáveis medidas exclusivamente no nível individual. Na *hipótese da socialização*, por exemplo, a educação formal e a idade são fatores que podem ser relacionados às mudanças do comportamento político individual (Inglehart, 1990). Essa hipótese postula que os valores ‘primários’ (*early-instilled*) refletem as condições socioeconômicas nas quais os indivíduos se socializaram em estágios iniciais de sua vida. E as experiências adquiridas no período de vida pré-adulto seriam responsáveis pela formação dos valores essenciais que estes indivíduos possuirão ao longo de suas vidas. A implicação dessa hipótese no surgimento do pós-materialismo, ao contrário do exemplo anterior, dever-se-ia principalmente à socialização dos indivíduos. Em seu contexto histórico específico, a hipótese estabelece que os indivíduos que experimentaram, na idade pré-adulta, a fase próspera da economia do pós-guerra seriam justamente aqueles que durante a década de 60, já em idade adulta, priorizariam as questões não-materiais, como liberdade de expressão e feminismo.

Neste segundo exemplo, o mesmo processo, – o enfraquecimento dos vínculos com os partidos tradicionais – é explicado com base em causas que também ocorrem no nível individual (o processo de socialização). Vejamos alguns exemplos de como operam os mecanismos causais nesse tipo de análise.

O primeiro mecanismo é a escolaridade. O aumento da escolaridade, entre outros fatores, pode ter um impacto na capacidade individual de obtenção de informação política, tornando os cidadãos mais autossuficientes e diminuindo a importância dos partidos na tarefa de prover informação aos eleitores (Inglehart, 1990; Dalton e Wattenberg, 2002; Dalton, 2006). O segundo é a herança geracional. Converse (1976) supõe que os jovens de democracias estáveis geralmente herdaram alguma lealdade partidária de seus pais – processo chamado de “*partisan push*”. Ao tornarem-se eleitores, a experiência repetida com sistemas partidários estáveis ao longo do ciclo de

vida tenderia a fortalecer o vínculo inicialmente herdado dos pais (Dalton, 2007: 06). Em democracias mais recentes, no entanto, os jovens tenderiam a apresentar vínculos partidários muito fracos pois não teriam herdado o “*partisan push*” de seus pais. Vínculos com partidos políticos neste caso, tenderiam a surgir ao longo do ciclo de vida destes indivíduos, mas mesmo assim, permaneceriam fracos, uma vez que o processo de aproximação partidária na vida pré-adulta foi muito precário. Esse modelo explicaria as diferenças observadas no apoio partidário entre jovens e adultos dentro de uma mesma sociedade e entre democracias recentes e democracias estabelecidas há bastante tempo.

Segundo Dalton (2007) os jovens, mesmo nas democracias de maior tempo de vida, estão cada vez menos vinculados aos partidos políticos herdados de seus pais no início de sua experiência eleitoral, o que tem enfraquecido os vínculos partidários ao longo da vida adulta. O mesmo fenômeno parece ocorrer em democracias mais recentes, onde as gerações mais antigas nem mesmo tiveram a chance de desenvolver laços partidários muito fortes, como tem mostrado os trabalhos de Sánchez (2003) e Hagopian (1998) sobre América Latina e os trabalhos de Brader e Tucker (2001) e Miller et al. (2000) sobre Europa do Leste (cf.: Dalton, 2007, p. 11).

Para sintetizar, em nível sistêmico a explicação da cultura política sobre apoio às instituições representativas normalmente recorre às diferenças entre “índices de modernização” como PIB para explicar diferenças nos valores e atitudes políticas dos cidadãos entre democracias avançadas e recentes. Em nível individual, decorrente da ‘hipótese da socialização’, os estudos explicam diferenças no comportamento com a utilização de 2 variáveis sociodemográficas centrais, educação formal e idade. A primeira, porque altos níveis de escolaridade estariam relacionados ao afastamento individual em relação às instituições representativas, uma vez que estes indivíduos seriam “autossuficientes” politicamente, isto é, capazes de se informar sozinhos sobre processos políticos, tornando secundário o papel de partidos políticos neste processo. A segunda variável, idade, é utilizada para demonstrar as diferenças nos vínculos partidários entre diferentes gerações da mesma sociedade e diferenças encontradas entre democracias mais antigas e mais recentes.

As hipóteses tomadas da cultura política sobre a crise de legitimidade das instituições representativas, principalmente os partidos, tanto em nível individual quanto em nível sistêmico contrastam com os fatores abordados pelos estudos institucionalistas. Neste campo, os baixos níveis de apoio dirigidos às instituições representativas são atribuídos às estruturas institucionais nas quais as atitudes e preferências políticas do público são formadas (Anderson e Guilory, 1997; Anderson e Tverdova, 2001; Norris, 1999; Norris, 2004; Huber et al., 2005).

Norris (1999) afirma, por exemplo, que uma teoria sobre a formação de uma cultura de confiança nas instituições políticas deve situar as atitudes individuais no contexto institucional, pois este retrata nossa experiência política acumulada. Deste ponto de vista, a abordagem analítica, em nível individual, defende que os sentimentos gerados por experiências institucionais acumuladas referem-se, fundamentalmente, ao jogo de alternância de partidos no poder. Nesse sentido, as experiências de derrotas e vitórias sucessivas dos partidos gerariam orientações em direção ao regime: uma pessoa apoiará mais positivamente um sistema político se as regras do jogo permitirem que o partido de sua preferência chegue ao poder, gerando sentimentos positivos com relação aos mesmos e às instituições públicas de um modo geral. De outro lado, ao presenciar a derrota de seu partido em eleições sucessivas ela provavelmente sentirá que sua capacidade de influência está excluída do processo decisório – o que resultaria em um sentimento de insatisfação com as instituições políticas. Por outro lado, se os arranjos institucionais tiverem sucesso em viabilizar o canal entre o governo e a população, estes serão capazes de promover um apoio difundido às instituições políticas.

3. VENCEDORES E PERDEDORES EM DEMOCRACIAS CONSENSUAIS E MAJORITÁRIAS

A hipótese individual central que decorreria do processo de alternância de partidos no poder estipula que a confiança nas instituições políticas varia entre os “perdedores” e os “vencedores” do sistema político. Os “vencedores” do sistema político apresentariam maiores índices de apoio às instituições políticas do que os “perdedores”.

O estudo de Anderson e Guilory (1997) compara satisfação com a democracia entre sistemas majoritários e consensuais de países da Europa Ocidental. As hipóteses centrais deste estudo definem duas suposições gerais: em nível individual, o apoio ao sistema seria influenciado pelo fato de a pessoa estar entre os ‘perdedores’ ou entre os ‘vencedores’ das eleições; em nível sistêmico este processo seria mediado pelo tipo de democracia (majoritária ou consensual, nos termos de Lijphart).

Para Anderson e Guilory em democracias majoritárias, os vencedores que apoiam o partido do governo expressam muito mais satisfação com a democracia do que os perdedores. De outro lado, em democracias consensuais a satisfação com a democracia é mais bem distribuída entre vencedores e perdedores, pois ela proporciona maior inclusão de minorias políticas junto ao processo decisório.

A variável “vencedores” utilizada por Norris (1999), é construída com base na intenção de votos dos respondentes e com base no apoio aos partidos que compunham a coalizao vencedora no governo. Com base em modelo individual de regressão por mínimos quadrados com dados de 25 democracias do *World Values Survey* de 1990-3 o estudo aponta para uma relação significativa no sentido esperado entre confiança nas instituições e indivíduos que foram classificados como vencedores. Por isso, a autora conclui que “*evaluations of the political regime reflect our experience of whether we are winners or losers over successive elections, defined by whether the party we endorse is returned to government*” (Norris, 1999, p. 234).

O estudo de Anderson e LoTempio (2002) com base em *surveys* e dados eleitorais do *American National Electoral Studies* de 1972 e 1996 demonstram empiricamente que o efeito “vencedores” do sistema (medido pelo voto presidencial) afeta sistematicamente a confiança dos cidadãos nas instituições políticas. Ao contrário, os ‘perdedores’ das eleições presidenciais demonstram níveis mais baixos de confiança, mesmo quando são ‘vencedores’ da maioria no Congresso.

A hipótese sobre o efeito dos vencedores no apoio às instituições está amplamente relacionada com processos sistêmicos, pois a dinâmica da alternância entre vencedores e perdedores no sistema político dependeria dos incentivos gerados pela configuração institucional de um país.

Em nível sistêmico, apoiada nas suposições do estudo de Anderson e Guilory (1997), o objetivo de Norris (1999) é testar se o desenho institucional de tipo consensual (Lijphart, 1984) maximiza o número de “vencedores” do contexto eleitoral, o que produziria níveis mais altos de confiança institucional quando comparado aos resultados produzidos pelos arranjos de tipo majoritário, em que a coalizão vencedora é sempre menor do que no arranjo consensual. Em resumo, seguindo as suposições discutidas por Liphart (1984), o esperado é que a confiança nas instituições públicas sofra impacto positivo do sistema parlamentar em vez do presidencialismo; do federalismo, em vez do Estado unitário; do multipartidarismo moderado ou bipartidarismo face ao multipartidarismo acentuado; de um sistema eleitoral proporcional em vez de majoritário ou misto.

Todas estas configurações institucionais, que normativamente, reforçariam e teriam correlação com a confiança nas instituições, diminuiriam a diferença na satisfação política entre perdedores e vencedores, pois tratam-se de mecanismos que protegem a representação política dos perdedores (ou das minorias) ao garantir maior alternância de maiorias e minorias no governo e permite que partidos importantes (ou a maior parte desses) participem da coalizão governamental.

Norris (1999), Anderson e Guilory (1997), Anderson e Tverdova (2001) e Anderson e LoTiempo (2002) mostram evidências com base nos resultados do *World Values Survey*, *Eurobarômetro* e do *National Electoral Study* (EUA) de que apoio e confiança nas instituições políticas é, de fato, maior entre os “vencedores” no sistema político (aqueles que votaram ou que apoiam o partido ou a coalizão do candidato vencedor) do que entre “perdedores”.

4. CONTROVÉRSIAS INSTITUCIONAIS

Na literatura, parece haver uma discordância maior com respeito ao impacto que democracias consensuais possam produzir nas atitudes do público. Vários autores têm uma visão negativa acerca do impacto do modelo de democracia consensual na formação de vínculos entre o público e as instituições representativas, pois as regras eleitorais e partidárias desse modelo seriam muito permissivas (Maiwaring, 1991; Lamounier e Souza,

1991, Lamounier, 1992) criando grandes obstáculos ao aprofundamento de raízes partidárias na sociedade (Maiwaring, 1991).

O caso brasileiro, analisado por Maiwaring (1991) ilustra bem a visão acerca do impacto negativo do arranjo consensual na percepção dos eleitores: em resumo, segundo este autor, as regras do sistema eleitoral conduziriam os eleitores a escolherem representantes com base em seus atributos e qualidades individuais e não em função de sua filiação partidária, pois o sistema eleitoral proporcional permitiria, em primeiro lugar, o aparecimento de um grande número de partidos políticos o que dificultaria a identificação eleitoral dos candidatos com as respectivas legendas que representam. Em segundo lugar, o sistema viabiliza uma intensa troca de partidos entre políticos após a conquista do mandato, o que potencialmente aumenta o ceticismo dos eleitores com relação às legendas partidárias, pois demonstra que políticos profissionais não são fiéis às mesmas.

Retomando o estudo de Pippa Norris, embora sua hipótese sistêmica estabeleça um sentido positivo entre instituições consensuais e confiança nas instituições políticas, seus achados apontam para outra direção, pois apenas o parlamentarismo e o sistema partidário moderado aumentariam a chance de ocorrência de confiança institucional. As demais variáveis institucionais (o federalismo e o sistema proporcional) também são estatisticamente significantes, mas sua influência ocorre em sentido inverso, ou seja, diminuem a chance de sua ocorrência. Sua conclusão é a de que

institutional arrangements are significantly related to political support: majoritarian electoral systems and moderate multi-party systems, in particular, tend to generate slightly higher levels of institutional confidence than alternative arrangements (Norris 1999, p. 234).

Baseado nestes estudos o artigo apresenta na sequência, uma pequena contribuição na análise do impacto dos arranjos consensuais e majoritários na confiança dos partidos políticos. Também são considerados nos modelos de análise as variáveis vencedores/perdedores, variáveis de cultura política (índice de pós-materialismo) e variáveis sociodemográficas (escolaridade e idade).

5. DADOS E METODOLOGIA DE ANÁLISE

5.1 Países

Os dados da análise principal dos modelos de regressão *logit* foram tirados das amostras de entrevistas individuais de 24 países da 5ª onda (2005-2008) do *World Values Survey*. O critério de seleção dos países foi a intersecção dos países utilizados no estudo de Lijphart (2003) e que estavam disponíveis no banco de dados da 5ª onda. São eles: Índia, Suécia, Finlândia, Noruega, Espanha, Canadá, Holanda, Colômbia, Japão, Reino Unido, Itália, França, Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália, Alemanha e Trinidad e Tobago. Além destes, foram considerados os países da América Latina que não são citados por Lijphart, mas que estavam disponíveis no banco: Argentina, Brasil, México, Chile, Peru, Uruguai e Guatemala. No total, foram realizadas 31.884 entrevistas nestes países.

5.2 Características institucionais

Os 24 países foram classificados no banco de dados de acordo com 5 categorias centrais das democracias consensuais/majoritárias: 1) forma de governo (parlamentarista/presidencialista), 2) estrutura do Estado (federal/unitário), 3) administração política (descentralizada/centralizada), 4) sistema partidário (multipartidário com mais de 4 partidos efetivos/sistema moderado, com 3 ou 4 partidos efetivos/ sistema bipartidário, com 2 partidos efetivos), 5) sistema eleitoral (proporcional/majoritário) e 6) poder legislativo (bicameral/unicameral). Os valores iguais a 1 na tabela 1 correspondem às características de democracias de consenso. Os valores iguais a 0 correspondem às características de democracias majoritárias.

Tabela 1

PAISES	Forma de Governo		Estrutura do Estado			Centralização/ Descentralização		Sistema Partidário			Sistema Eleitoral	
	Pres	Parl	Fed	Semif	Unitario	Cent	Desc	Bip <3	Moder 3 e 4	Multip 4<	Prop	Maj
Alemanha		1	1				1	0			1	
Argentina	0		1				1		1		1	
Austrália		1	1				1	0				0
Brasil	0		1				1			1	1	
Canadá		1	1				1	0				0
Chile	0				0	0				1	1	
Colômbia	0				0	0				1	1	
Espanha		1		1			1	0			1	
EUA	0		1				1	0				0
Finlândia		1			0		1			1	1	
França		1			0	0			1			0
Guatemala	0				0		1		1		1	
Holanda		1			0		1			1	1	
India		1	1			0				1		0
Itália		1			0	0				1	1	
Japão		1			0		1		1		1	
México	0		1				1	0			1	
Noruega		1			0		1		1		1	
N. Zelândia		1			0	0		0			1	
Peru	0				0		1		1		1	
R. Unido		1			0	0		0				0
Suécia		1			0		1		1		1	
Trinidad		1			0	0		0				0
Uruguai	0				0	0			1		1	

As categorias da tabela 1 foram utilizadas como variáveis independentes dos modelos individuais da confiança nos partidos políticos.

5.3 Vencedores e perdedores

Além destas, foi elaborada a variável dicotômica *vencedores/perdedores* a partir da recodificação da pergunta: “*If there were a national election tomorrow, for which party on this list would you vote?*” (*First Choice*):

Os indivíduos que responderam que votariam no partido do presidente ou do primeiro-ministro em exercício no ano da pesquisa foram classificados como vencedores. Todos os outros foram classificados como perdedores, mesmo aqueles cuja preferência fosse por um partido da coalizão no Congresso. Assim, segue a lista dos partidos vencedores no ano da pesquisa na tabela 2:

Tabela 2

PAÍSES	ANO	PARTIDO
Alemanha	2006	Christian Democrats (CDU/CSU)
Argentina	2006	Justicialist Party
Austrália	2005	Liberal Party
Brasil	2006	PT – Workers’ Party
Canadá	2006	Progressive Conservative
Chile	2006	Socialist Party – PS
Colômbia	2005	Partidos Uribistas
Espanha	2007	PSOE – Spanish Socialist Workers Party
Estados Unidos	2006	Republican
Finlândia	2005	Social Democratic Party of Finland – SDP
Guatemala	2004	GANÁ
Índia	2006	Bhartiya Janata Party – BJP
Japão	2005	LDP (Liberal Democratic Party/ Jiminto)
México	2005	PAN – National Action Party
N. Zelândia	2004	Labour
Peru	2006	Partido Aprista Peruano APRA
Suécia	2006	Socialdemokraterna
Uruguai	2006	Frente Amplio

É importante destacar que a pergunta sobre preferência partidária na 5ª onda do WVS não foi aplicada a todos os países. Portanto, os modelos 2 a 4 (tabela 3) consideraram apenas os indivíduos pertencentes aos 18 países da tabela 2.

5.4 Materialismo e pós-materialismo

Finalmente, a variável de cultura política representada pelas dicotômicas “pós-materialistas”, “tipos mistos” e “materialista”, corresponde a uma bateria de 12 itens aplicada em três blocos separados no *survey*, de modo que os respondentes tivessem que selecionar duas opções entre quatro em cada questão:

People sometimes talk about what the aims of this country should be for the next ten years. On this card are listed some of the goals which different people would give top priority. Would you please say which one of these you, yourself, consider the most important?... And which would be the next most important?

A high level of economic growth	M
Making sure this country has strong defense forces	M
Seeing that people have more say about how things are done at their jobs and in their communities	PM
Trying to make our cities and countryside more beautiful	PM
Maintaining order in the nation	M
Giving people more say in important government decisions	PM
Fighting rising prices	M
Protecting freedom of speech	PM
A stable economy	M
Progress toward a less impersonal and more humane society	PM
Progress toward a society in which Ideas count more than money	PM
The fight against crime	M

Cada bateria com quatro questões possui duas opções materialistas (M) e duas opções pós-materialistas (PM). O índice disponível no banco varia de 0 (materialistas puros) a 5 (pós-materialistas puros). Para o modelo aqui proposto, a variável foi recodificada em *materialistas* (0 e 1), *tipos mistos* (2 e 3) e *pós-materialistas* (4 e 5).

5.5 Variável dependente – a confiança nos partidos políticos

A variável dependente é a confiança nos partidos políticos, cuja distribuição foi mencionada no início do artigo (gráfico 2). A pergunta original é a seguinte:

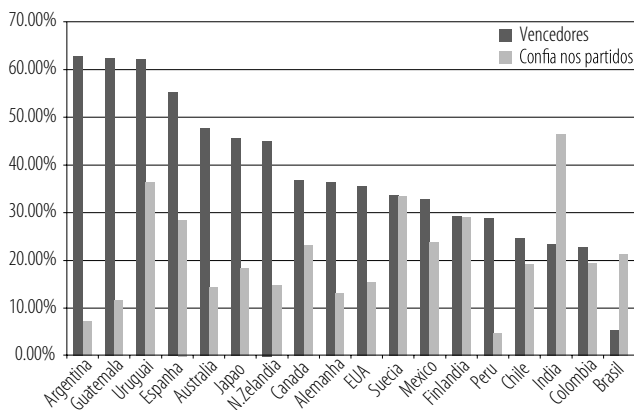
I am going to name a number of organizations. For each one, could you tell me how much confidence you have in them: is it a great deal of confidence, quite a lot of confidence, not very much confidence or none at all? (Political Parties).

A questão foi recodificada em uma variável dicotômica, *confia nos partidos políticos* (somando-se os indivíduos que têm “muita confiança” e “alguma confiança” nos partidos) e *não confia nos partidos* (somando-se indivíduos que não confiam muito e aqueles que não apresentam nenhuma confiança partidária).

6. RESULTADOS

Gráfico 3 ilustra a relação, em nível agregado, entre confiança nos partidos políticos e os vencedores do sistema, conforme a primeira opção partidária dos entrevistados. Embora seja possível comparar os índices de vencedores entre os países, seu impacto na confiança partidária não apresenta nenhuma tendência visual no gráfico, que dizer, não existem variações nos índices percentuais de confiança que acompanhem variações nos índices de vencedores em nível agregado. Este é um problema e um desafio previsto em análises que partem da suposição de que a experiência política individual acumulada, neste caso, experiência enquanto vencedores e perdedores do sistema, reflete o apoio generalizado ao sistema. Conforme afirma Weatherford (1992) “in this respect the methodological challenge for empirical researchers is to ground individual-level findings in macro-level theories about the polity (cf. Norris, 1999, p. 219). A influência dos vencedores é analisada em nível individual mais adiante.

Gráfico 3. Vencedores do sistema partidário e confiança nos partidos



É notável no Brasil o baixo índice de vencedores partidários. Em 2006 apenas 5,30% da amostra nacional indicaram o PT como partido de sua preferência. Em todos os países este índice ultrapassa 20%, atingindo a grande maioria na Espanha onde 55,30% declararam que votariam no Partido Socialista Operário Espanhol. No Uruguai 62,20% apoiam a Frente Ampla; na Guatemala 62,30% votaria na Grande Aliança Nacional e 62,80% votaria no Partido Justicialista na Argentina.

Os modelos seguintes (tabela 3) apresentam os resultados individuais do impacto das características consensuais/majoritárias na produção da confiança. Ao todo foram elaborados 4 modelos multivariados de regressão *logit* contendo as variáveis independentes institucionais (modelo 1), a variável vencedores/ perdedores (modelo 2), a variável de cultura política, representada pelo pós-materialismo (modelo 3) e variáveis sociodemográficas (modelo 4).

No primeiro modelo, todas as variáveis institucionais aumentam a chance de ocorrência da confiança nos partidos políticos. Nem todas têm um impacto no sentido esperado. Assim, podem ser considerados preditores da confiança: o sistema de governo parlamentarista, o federalismo e os sistemas multipartidários acentuado e moderado, em oposição ao bipartidarismo. O sistema eleitoral proporcional diminui a ocorrência da confiança com relação ao sistema majoritário nesse modelo.

Tabela 3. Modelos de regressão *logit* para confiança nos partidos políticos

	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3			Modelo 4		
	β	Sig.	Exp(β)	β	Sig.	Exp(β)	B	Sig.	Exp(β)	β	Sig.	Exp(β)
Parlamentarismo (1) presidencialismo (0)	0.431	**	1.54	0.506	**	1.658	0.485	**	1.624	0.5	**	1.649
Federalismo (1) estado unitário (0)	0.383	**	1.466	0.299	**	1.348	0.265	**	1.303	0.238	**	1.269
Multipartidarismo moderado (1) outros (0)	0.442	**	1.556	0.504	**	1.655	0.469	**	1.598	0.46	**	1.584
Multipartidarismo acentuado (1) outros (0)	0.73	**	2.075	0.863	**	2.371	0.941	**	2.562	0.926	**	2.526
Sistema proporcional (1) majoritário (0)	-0.077	*	0.925	-0.032		0.969	-0.064		0.938	-0.083		0.92
Vencedores (1) perdedores (0)				0.243	**	1.275	0.299	**	1.349	0.299	**	1.348
Pós-materialistas (1) outros (0)							0.105		1.111	0.121		1.129
Mistos (1) outros (0)							-0.007		0.993	-0.002		0.998
Escolaridade em três categorias 1 (baixa) 2 (média) 3 (alta)										-0.068	*	0.934
Idade em três categorias 1 (15-29) 2 (30-49) 3 (50 ou mais)										-0.003		0.997
N	30.613			18.220			15.066			14.972		
χ^2	489.113	**		460.984	**		460.035	**		465.87	**	
2 Log pseudo-likelihood	30642.105			19479.1			16069.004			15970		
R ² cox & snell	0.016			0.025			0.025			0.031		
R ² nagelkerke	0.025			0.038			0.038			0.046		

** $P < 0.01$ * $P < 0.05$

No entanto, o desenho majoritário perde significância estatística nos modelos 2, 3 e 4, nos quais foram incluídos os vencedores do sistema partidário, os indivíduos com características pós-materialistas e mistos, a escolaridade e a idade, respectivamente. Com excessão do sistema eleitoral, as características institucionais consensuais mencionadas (parlamentarismo, federalismo e sistemas multipartidários) mantém-se significantes ao longo

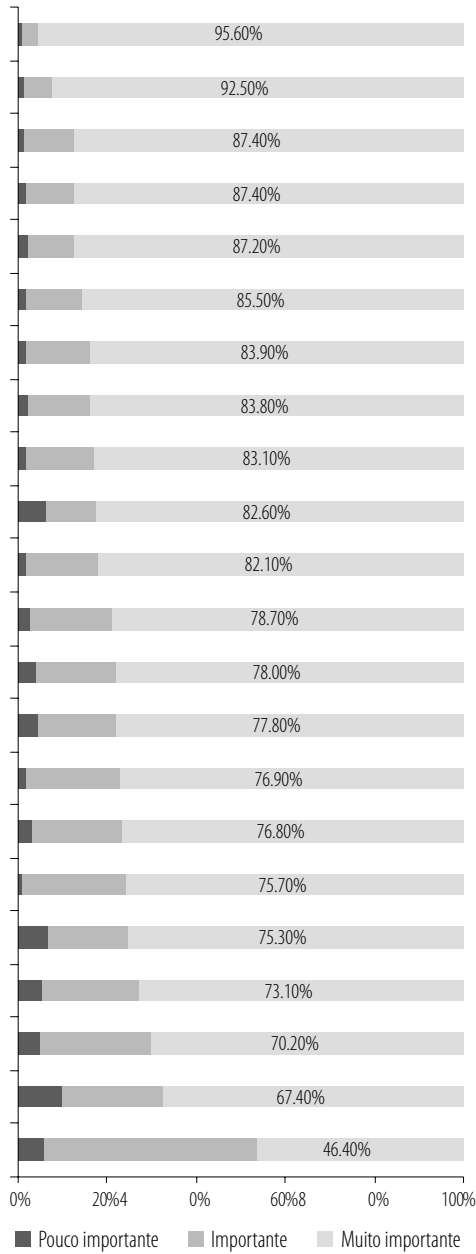
dos modelos. Além dessas, indivíduos vencedores aumentam a chance de ocorrência da confiança nos partidos.

A cultura política pós-materialista não se revelou como um preditor da confiança partidária, confirmando aquelas hipóteses que supõe o distanciamento partidário entre indivíduos pós-materialistas, pois estes seriam mais autônomos com relação às suas preferências políticas. Quanto às variáveis sociodemográficas, apenas a escolaridade (em sentido inverso) tem relação com a confiança partidária, indicando que em nível individual, os sujeitos tendem a considerar os resultados do governo, em termos de satisfação com essa experiência, na sua percepção das instituições. Isso implica afirmar que a percepção das instituições nem sempre está associada a uma compreensão do sistema institucional que privilegia apenas os indivíduos mais educados. Como afirma Morlino (2010^a, p. 39-40):

(...) a ideia de que mesmo cidadãos escolarizados, informados e politicamente engajados sempre sabem quais são suas necessidades e seus desejos é, no máximo, uma hipótese tênue em situações em que os cidadãos tenham necessidade de conhecimento especializado para identificar e avaliar, com precisão, essas verdadeiras necessidades em desejos. (...) Aqui, o ponto-chave é que o apoio às instituições democráticas e a crença de que essas instituições são as únicas garantias de liberdade e igualdade, estejam dispersas em todos os níveis sociais, da elite mais restrita às massas em geral. (...). Em termos de responsividade, a legitimidade está relacionada à presença de atitudes e comportamentos do público em geral que confirmam a satisfação com a democracia existente.

Aqui vale mencionar que a democracia como ideal é amplamente difundida no mundo, inclusive no Brasil, como mostra o gráfico 4, sugerindo a disseminação de cidadãos mais críticos em todo o mundo – tanto em democracias mais antigas como em democracias mais recentes – com relação à responsividade do sistema ao apresentarem avaliações críticas às suas instituições, sem contudo, colocarem em “xeque” a importância atribuída ao regime democrático.

Gráfico 4. Importância da democracia em três categorias



7. DISCUSSÃO

Do ponto de vista das análises sobre a qualidade da democracia o estudo revela, em primeiro lugar, a centralidade das instituições políticas de representação para explicar a responsividade dos governos, mais precisamente, dos partidos políticos, na sua capacidade de satisfazer os cidadãos mediante a correspondência às suas reivindicações.

A responsividade partidária no Brasil e em vários países do mundo não atinge níveis elevados de satisfação. No Brasil, ela é menor na atualidade do que em períodos democráticos anteriores. A causa comumente associada ao problema remete-se, em nível sistêmico, ao tipo de sistema eleitoral do país, o sistema proporcional, como responsável pela multiplicação de partidos e pela dificuldade de identificação do eleitor comum com os mesmos. Mas, como vimos, mesmo em sistemas majoritários como Austrália, Canadá, EUA, França e Reino Unido, a confiança nos partidos políticos é baixa. A Índia, por sua vez, possui um sistema eleitoral majoritário com um dos maiores índices de partidos efetivos do mundo e, mesmo assim, a confiança nos partidos políticos é a mais alta (45%) entre os países da amostra.

Nesse estudo o sistema eleitoral não se apresenta como um preditor importante da confiança política nos partidos. No entanto, o sistema multipartidário mantém-se significativo mesmo após a inclusão de variáveis individuais culturais e sociodemográficas. Na análise de Pippa Norris (1999) são preditores da confiança institucional o parlamentarismo, os estados unitários, sistemas eleitorais majoritários, bipartidários e moderados, em suma, são as características de um modelo quase perfeito de democracia majoritária que produzem maiores índices de confiança institucional. Cabe, no entanto, levar em conta um dado importante: o fato de sua variável dependente ser composta por distintas instituições do estado, inclusive o Judiciário, Forças Armadas e a Polícia. Embora a escala elaborada a partir de 5 itens tenha bastante consistência estatística (Cronbach's Alpha = .75) parece correto afirmar que, do ponto de vista teórico, tratam-se de fenômenos diferentes, não necessariamente políticos, e que geram no público sentimentos diferentes quando estes são questionados, por exemplo, sobre sua confiança nas Forças Armadas e sua confiança no Congresso Nacional. A autora não inclui os partidos políticos na análise. Por isso, fica fácil jus-

tificar resultados tão diferentes. Aqui a proposta foi a de focar os partidos políticos, uma vez que estes agentes de representação têm demonstrado uma distância ainda maior dos eleitores nos últimos anos.

A chance de confiar em partidos políticos no modelo 5 do artigo (que inclui todas as variáveis) é 2.5 vezes maior em sistemas multipartidários acentuados do que em sistemas bipartidários. Além disso, confiam mais nos partidos os entrevistados de contextos parlamentaristas e federalistas – um resultado mais promissor às democracias de consenso. Pode ser, como afirma Cintra (2007), citando Bogdanor (1993) que “a representação proporcional, em vez de necessariamente causar a multiplicação no número de partidos, foi mero reconhecimento da prévia existência de um sistema multipartidário” (Cintra, 2007, p. 132).

Quanto aos vencedores, sem dúvida estes são importantes na adesão aos partidos, embora eles não componham a maioria dos entrevistados, conforme observado no gráfico 3, com exceção da Argentina, Uruguai e Guatemala, ambos países com sistema eleitoral proporcional e sistema partidário moderado. A construção da variável vencedores foi bastante exigente nesse estudo, levando em conta apenas aqueles indivíduos que votariam no partido do presidente ou Primeiro Ministro de cada país no ano da pesquisa. Outra possibilidade seria a inclusão de partidários de outras maiorias presentes no Congresso Nacional, o que certamente, aumentaria o número de vencedores em cada país. Fica a sugestão para análises futuras.

Novos estudos são necessários para se conhecer mais profundamente quem são os vencedores do sistema político, pois estes revelam maior disposição global em apoiar as instituições políticas. E do ponto de vista da qualidade da democracia interessa aumentar o número de vencedores do sistema no sentido de consolidar uma competição democrática mais justa e inclusiva.

Dada a importância das instituições de representação na conformação da responsiveness, interessa de modo conclusivo ao aprimoramento da qualidade da democracia, que as propostas de reformas da representação política sejam realizadas, antes de mais nada, com o objetivo de aprimorar as instituições consensuais onde elas existem, de modo a ampliar o número de vencedores do sistema e, fundamentalmente, corresponder às expectativas mais essenciais de prestação dos serviços públicos a todos os governados.

GABRIELA DE OLIVEIRA CARNEIRO · Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Especializou-se na área de métodos quantitativos pelo ECPR (*European Consortium for Political Research*) do Instituto de Relações Internacionais da USP (2010), pelo ICPSR (*Inter-University Consortium for Political and Social Research*) da Universidade de Michigan (2006), pelo curso regular de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da USP (2004) e pelo curso de Metodologia Quantitativa da FAFICH na Universidade Federal de Minas Gerais (2002). Atualmente é pesquisadora pós-doutoranda no Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Christopher; GUILORY, Christine A. 'Political Institutions and Satisfaction with Democracy', *American Political Science Review* 91(1), p. 66-81, 1997.
- ANDERSON, Christopher ; LOTIEMPO, Andrew. 'Winning, Losing and Political Trust in America', *British Journal of Political Science* 32(2), p. 335-351, 2002.
- ANDERSON, Christopher; TVERDOVA, Yulya. 'Winners, Losers and Attitudes About Government in Contemporary Democracies'. *International Political Science Review* 22(4), p. 321-338, 2001.
- CARNEIRO, Gabriela de O. Piquet. *A Nova Maioria: Determinantes do Apoio Político ao Neopopulismo na América Latina*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 2009
- CINTRA, Antônio Octávio. Sistema Eleitoral. In: ANASTÁSIA, Fátima; AVRITZER, Leonardo (orgs). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2007
- CONVERSE, Philip. *The Dynamics of Party Support*. Beverly Hills, CA: Sage, 1976.
- DALTON, Russell. The Decline of Party Identification, in DALTON, Russell; WATTENBERG, Martin (eds). *Parties without Partisans*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- DALTON, Russell. Partisan Mobilization, Cognitive Mobilization and the Changing American Electorate. *Electoral Studies* 25, p. 1-13, 2006.
- DALTON, Russell; WATTENBERG, Martin (eds). *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- DALTON, Russell; WELDON, Steven. Partisanship and Party System Institutionalization. *Party Politics* 13(2), p. 179-96, 2007.
- LEVINE, Daniel; MOLINA, José. *The Quality of Democracy in Latin America*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 2011.
- HUBER, John; KERNELL, Georgia; LEONI, Eduardo. Institutional Context and Party Attachments in Established Democracies. *Political Analysis* 13, p. 365-86, 2005.
- INGLEHART, Ronald. Value Change in Industrial Societies. *American Political Science Review*, 81 (4), p. 1290-1303, 1987.
- INGLEHART, Ronald. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princenton, NJ: Princenton University Press, 1990.
- LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. *A Transição e Consolidação da Democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- LAMOUNIER, Bolívar. Estrutura Institucional e Governabilidade na Década de 1990. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. (org). *O Brasil e as Reformas Políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- LIPHART, Arend. *Democracies: Patterns of Majoritarian and Consensus Government in Twenty-One Countries*. New Heaven: Yale University Press, 1984.
- MAINWARING, Scott P. *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o Caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- MAINWARING, Scott; TORÇAL, Mariano. Teoria e Institucionalização dos Sistemas Partidários Após a Terceira Onda de Democratização. *Opinião Pública* 11(2), p. 249-86, 2005.
- MAINWARING, Scott; ZOCO, Eburne. Political Sequences and Stabilization of Interparty Competition: Electoral Volatility in Old and New Democracies. *Party Politics* 13(2), p. 155-78, 2007.
- MOISÉS, José Álvaro. A Desconfiança nas Instituições Democráticas. *Opinião Pública* 11(1), p. 33-63, 2005.
- MOISÉS, José Álvaro. *Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas*. São Paulo: Edusp, 2010.
- MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela de O. Piquet Democracia, Desconfiança Política e Insatisfação com o Regime – o Caso do Brasil. *Opinião Pública* 14(1), p. 1-42, 2008.
- MORLINO, Leonardo. Teoria da Democratização, Qualidade da Democracia e Pesquisa de Opinião: Ainda em Mesas Separadas. in: MOISÉS, José Álvaro. (org) *Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas*. São Paulo: Edusp, 2010a.
- MORLINO, Leonardo. *Legitimacy and the Quality of Democracy*. UNESCO, 2010b.
- NORRIS, Pippa (ed). *Critical Citizens*. New York: Oxford University Press, 1999.
- NORRIS, Pippa. Institutional Explanations for Political Support. In: NORRIS, Pippa (ed). *Critical Citizens*. New York: Oxford University Press, 1999.
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence. *Transições do Regime Autoritário: America Latina*. São Paulo: Edições Vértice, 1988.
- PRZORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael E; CHEIBUB, Jose Antonio; LIMONGI, Fernando. *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990*. New York e Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- ROBERTS, Kenneth M. Social Correlates of Party System Demise and Populist Resurgence in Venezuela. *Latin American Politics and Society* 45(3), p. 35-57, 2003.
- ROBERTS, Kenneth M.; WIBBELS, Erik. Party Systems and Electoral Volatility in Latin America: A Test of Economic, Institutional, and Structural Explanations. *American Political Science Review* 93(3), p. 575-90, 1999.

SARTORI, Giovanni. *Parties and Parties Systems: A Framework for Analysis*. New York and Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

WEYLAND, Kurt. Neoliberal Populism in Latin America and Eastern Europe. *Comparative Politics* 31(4): 379-401, 1999..